

Santos, Boaventura de Sousa: Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade.

O ensaio oferece uma reflexão profunda e original sobre a colonização portuguesa, concentrando-se nas questões da relação Eu-Outro, interidentidade, racismo e sexismo.

A especificidade do colonialismo português

Formular a caracterização do colonialismo português como “especificidade” exprime as relações de hierarquia entre os diversos colonialismos europeus. Se a especificidade é a afirmação de um desvio em relação a uma norma geral, nesse caso a norma é dada pelo colonialismo britânico: é em relação a ele que se define o perfil — subalterno — do colonialismo português. Tal subalternidade é dupla, porque se manifesta tanto no domínio das práticas como no dos discursos coloniais. No domínio das práticas, a subalternidade está no fato de que Portugal, como país semiperiférico, foi ele próprio, durante longo período, um país dependente — em certos momentos quase uma “colônia informal” — da Inglaterra. Tal como ocorreu com o colonialismo espanhol, a conjunção do colonialismo português com o capitalismo foi muito menos direta do que a que caracterizou o colonialismo britânico. Em muitos casos essa conjunção se deu por delegação, ou seja, sob o impacto da pressão inglesa por meio de mecanismos como condições de crédito e tratados internacionais desiguais. Assim, enquanto o Império Britânico assentou num equilíbrio dinâmico entre colonialismo e capitalismo, o Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre um excesso de colonialismo e um déficit de capitalismo.

No domínio dos discursos coloniais, a subalternidade do colonialismo português reside no fato de que desde o século XVII a história do colonialismo foi escrita em inglês, e não em português. Isso significa que o colonizador português tem um problema de auto-representação algo semelhante ao do colonizado pelo colonialismo britânico. A necessidade de definir o colonialismo português em sua especificidade quanto ao colonialismo hegemônico significa a impossibilidade ou dificuldade de defini-lo em termos que não reflitam essa subalternidade. Por um lado, o colonizado português tem um duplo problema de auto-representação: em relação ao colonizador que o colonizou e em relação ao colonizador que, não o tendo colonizado, escreveu no entanto a história de sua sujeição colonial. Por outro, o problema de auto-representação do colonizador

português cria uma disjunção caótica entre o sujeito e o objeto de representação colonial, gerando um campo aparentemente vazio de representações (mas, de fato, cheio de representações subcodificadas) que, do ponto de vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar sua auto-representação para além da representação de sua subalternidade.

A especificidade do colonialismo português assenta basicamente em razões de economia política — a sua condição semiperiférica⁵ —, o que não significa que esta tenha se manifestado apenas no plano econômico. Ao contrário, manifestou-se igualmente nos planos social, político, jurídico, cultural, no plano das práticas cotidianas de convivência e sobrevivência, de opressão e resistência, de proximidade e distância, no plano dos discursos e narrativas, do senso comum e dos outros saberes, das emoções e afetos, dos sentimentos e ideologias. A grande assimetria entre o colonialismo inglês e o português foi o fato de que o primeiro não teve de romper com um passado descoincidente de seu presente: foi desde sempre o colonialismo-norma porque protagonizado pelo país que impunha a normatividade do sistema mundial. No caso português, uma vez criada a possibilidade de um colonialismo retroativo, como discurso de dessincronia e ruptura, este pôde ser manipulado ao sabor das exigências e conjunturas políticas. Tanto se ofereceu a leituras inquietantes — e.g.: o subdesenvolvimento do colonizador produziu o subdesenvolvimento do colonizado, uma dupla condição que só poderia ser superada por uma política colonialista desenvolvida — como reconfortantes — e.g.: o lusotropicalismo, “Portugal, do Minho a Timor”, colonialismo cordial —, mas quase todas as leituras tiveram elementos inquietantes e reconfortantes. A negatividade do colonialismo português foi sempre o subtexto de sua positividade e vice-versa.

O pós-colonialismo

O pós-colonialismo deve ser entendido em duas acepções principais. A primeira é a de um período histórico, aquele que se sucede à independência das colônias, e a segunda é a de um conjunto de práticas e discursos que desconstruem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado. Na primeira acepção o pós-colonialismo traduz-se num conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a expotência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc. Na segunda acepção, insere-se nos estudos culturais, lingüísticos e literários e usa privilegiadamente a exegese textual

e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários. Nessa acepção o pós-colonialismo contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais na primeira acepção. Por me centrar neste texto nos sistemas de representação e processos identitários, reporto-me ao pós-colonialismo na segunda acepção, ainda que as análises próprias à primeira sejam recorrentemente trazidas a cotejo.

Minha hipótese de trabalho é que as diferenças do colonialismo português devem repercutir nas diferenças do pós-colonialismo no espaço da língua oficial portuguesa, nomeadamente em relação ao pós-colonialismo anglo-saxão. A primeira diferença é que a experiência da ambivalência e da hibridez entre colonizador e colonizado, longe de ser uma reivindicação pós-colonial, foi a experiência do colonialismo português por longos períodos. O pós-colonialismo anglo-saxão parte de uma relação colonial assente na polarização extrema entre colonizador e colonizado, entre Próspero e Caliban, uma polarização que é tanto uma prática de representação como a representação de uma prática, e é contra ela que a subversão da crítica pós-colonial se dirige e faz sentido. Mas onde ancorar a subversão quando essa polarização está, pelo menos durante largos períodos, fortemente atenuada ou matizada? O pós-colonialismo em língua portuguesa tem de centrar-se bem mais na crítica da ambivalência do que na reivindicação desta, e a crítica consistirá em distinguir as formas de ambivalência e hibridação que efetivamente dão voz ao subalterno (as hibridações emancipatórias) daquelas que usam a voz do subalterno para silenciá-lo (hibridações reacionárias).

A segunda diferença reside na questão racial sob a forma da cor da pele. Para os críticos pós-coloniais anglo-saxões a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e assimilação porque, consoante os casos, ou nega por fora da enunciação o que a enunciação afirma ou então afirma o que ela nega. No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si, encarna no mulato e na mulata como corpo e zona corporal. O desejo do outro em que Bhabha funda a ambivalência da representação do colonizador⁶ não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem: é físico, criador, multiplica-se em criaturas. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português. Importante será elucidar as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro. Ou seja, o pós-colonialismo português exige uma articulação densa com a questão da discriminação sexual e o feminismo.

A terceira diferença reside numa dimensão de ambivalência e hibridação insuspeitável no caso anglo-saxão. Para o pós-colonialismo de língua portuguesa a ambivalência das representações não decorre apenas de não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e a do colonizado, mas também de essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador português, a qual não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele, pois contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem. O Próspero português não é apenas um Próspero calibanizado: é um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus. A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado. Foi essa aguda duplicidade que permitiu ao português ser emigrante, mais do que colono, nas “suas” próprias colônias.

Pode-se pois concluir que a “disjunção da diferença”⁷ é bem mais complexa no caso do pós-colonialismo português — uma complexidade que paradoxalmente pode redundar em conjunções ou cumplicidades insuspeitas entre o colonizador e o colonizado. O “outro” colonizado pelo colonizador não é totalmente outro em relação ao “outro” colonizado do colonizador. Ao contrário do pós-colonialismo anglo-saxão, não há um outro: há dois que nem se juntam nem se separam, apenas interferem no impacto de cada um deles na identidade do colonizador e do colonizado. O outro-outro (o colonizado) e o outro-próprio (o colonizador ele próprio colonizado) disputam na identidade do colonizador a demarcação das margens de alteridade, mas nesse caso a alteridade está, por assim dizer, dos dois lados da margem. É por isso também que ali o estereótipo do colonizado jamais teve o fechamento que lhe foi atribuído no Império Britânico, ou, pelo menos, o seu fechamento foi sempre mais inconseqüente e transitório. A penetração sexual convertida em penetração territorial e interpenetração racial deu origem a significantes flutuantes que sufragaram, com o mesmo grau de cristalização, estereótipos contrários consoante a origem e a intenção da enunciação. Sufragaram o racismo sem raça, ou um racismo mais “puro” do que a sua base racial. Sufragaram também o sexismo sob o pretexto do anti-racismo. Por essa razão, a cama sexista e inter-racial pôde ser a unidade de base da administração imperial e a democracia racial pôde ser exibida como um troféu anti-racista sustentado pelas mãos brancas, pardas e negras do racismo e do sexismo.

O fato de o colonizador ter a vivência de ser colonizado não significa que se identifique mais ou melhor com o seu colonizado. Tampouco significa que o colonizado por um colonizador-colonizado seja menos colonizado que o colonizado por um colonizador-colonizador. Significa apenas que a ambivalência e a hibridação detectadas pelo

pós-colonialismo anglo-saxônico estão, no caso português, muito além das representações, dos olhares, discursos e práticas de enunciação. São corpos e encarnações, vivências e sobrevivências cotidianas ao longo de séculos, sustentadas por formas de reciprocidade entre o colonizador e o colonizado insuspeitáveis no espaço do Império Britânico.

Para explicar essa diferença é necessário introduzir uma outra, sobre os jogos de autoridade. Nos estudos pós-coloniais o colonizador surge sempre como um sujeito soberano, a encarnação metafórica do império. Ora, no colonialismo português tal não se pode pressupor sem mais. Só durante um curto período — a partir do final do século XIX, na África — é que o colonizador encarna o império, e mesmo assim em circunstâncias muito seletivas. Fora disso, apenas se representa a si próprio. É um auto-império, e como tal, tão livre para o máximo excesso como para o máximo defeito da colonização. Mas precisamente porque essa identidade imperial não lhe é outorgada por ninguém além dele, ele é de fato um sujeito tão desprovido de soberania quanto o colonizado. Por isso, a autoridade não existe para além da força ou da negociação possíveis de mobilizar na zona de encontro.

Essa dupla ambivalência das representações afeta não apenas a identidade do colonizador, mas também a do colonizado. É possível que o excesso de alteridade que identifiquei no colonizador português seja igualmente identificável no seu colonizado. Sobretudo no Brasil é possível imaginar que a identidade do colonizado foi construída, em alguns períodos pelo menos, a partir de um duplo outro: o do colonizador direto português e o do colonizador indireto britânico. Essa duplicidade converteu-se mesmo em elemento constitutivo do mito das origens e das possibilidades de desenvolvimento do Brasil (como veremos adiante) e instaurou uma fratura que até hoje é tema de um debate que divide os brasileiros entre os que se sentem vergados pelo excesso de passado e os que se sentem vergados pelo excesso de futuro.

O colonialismo português carrega consigo o estigma de uma indecidibilidade que deve ser objeto primordial do pós-colonialismo português. A colonização por parte de um Próspero incompetente, relutante, originariamente híbrido, redundou em subcolonização ou em hipercolonização? Uma colonização particularmente capacitante ou incapacitante para o colonizado? Um Próspero caótico e absentéista não terá aberto espaço para a emergência de Prósperos substitutos no seio dos Calibans? Não será por isso que no contexto do pós-colonialismo português a questão do neocolonialismo é menos importante que a do colonialismo interno? O déficit de colonialismo e de neocolonialismo ajuda a explicar a especificidade das formas políticas que emergiram com a independência das grandes colônias. Em sentidos opostos, essas formas divergiram da norma de descolonização estabelecida pelo colonialismo hegemônico. No

caso do Brasil, tratou-se de uma das independências mais conservadoras e oligárquicas da América Latina e a única sob a forma de monarquia, com o que se criaram as condições para que o colonialismo externo sucedesse o colonialismo interno, para que o poder colonial sucedesse a colonialidade do poder. Já no caso de Angola e Moçambique o desvio da norma foi no sentido de os novos países independentes adotarem regimes revolucionários que, no contexto da Guerra Fria, os colocaram do lado oposto àquele em que Portugal os tinha mantido enquanto colônias. As vicissitudes por que passaram esses países nos últimos 25 anos (fim da Guerra Fria, guerra civil) não nos permitem avaliar em que medida o colonialismo interno irá caracterizá-los.

A indecidibilidade do colonialismo português constitui uma mina de investigação para um pós-colonialismo *situado*, que não se deixe armadilhar pelo jogo de semelhanças e diferenças do colonialismo português em relação ao colonialismo hegemônico. Caso contrário, uns apenas verão semelhanças e outros diferenças, e entre uns e outros a indecidibilidade escapar-se-á como um derradeiro objeto incomensurável, invisível para si próprio como o olhar. No atual contexto, um pós-colonialismo situado pressupõe cuidadosas análises históricas e comparadas dos colonialismos e do que se lhes seguiu. É crucial responder à pergunta sobre quem descoloniza o que e como. Só assim o discurso pós-colonial pode fazer jus à disseminação que Bhabha propõe: um discurso que se mova entre diferentes formações culturais e processos sociais sem uma causa lógica central⁸. Sem tal especificação histórica e comparativa o pós-colonialismo será mais uma forma de imperialismo cultural, e uma forma particularmente insidiosa porque credivelmente antiimperialista.

Notas:

5. Sobre a inserção de Portugal no ciclo colônial africano, cf. Fortuna, Carlos. *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Afrontamento, 1993, pp. 31-41.
6. Bhabha. Homi K. *The location of culture*. Londres: Routledge. 1994, p. 50
7. *Ibidem*.
8. Idem. „Dissemination: time, narrative, and the margins of the modern nation“. In: idem (org.). *Nation and narration*, Londres/Nova York: Routledge, 1990, p. 293.

(SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, Julho 2003, p. 24-29. Acessível em http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf [Cit. 4/10/2013])

Atividades:

1. Esclareça qual é, segundo o autor do ensaio, a posição de Portugal, enquanto potência colonial, relativamente a outros poderes imperiais.
2. Faça uma reflexão sobre a especificidade da colonização portuguesa.
3. Comente a política sexual na colonização portuguesa, discutindo o princípio de miscigenação.